

Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?*

Maria Domingues Benetti**

Economista da FEE.

*“Mais uma destas batalhas que se empreende para não mudar nada.”
(Lampedusa, 1967, p. 59).*

*“O esfacelamento da tradição implicou a perda de sabedoria, isto é, a dificuldade de discernir, num contexto, as classes de perguntas que devem ser feitas.”
(Arendt, 1972, p. 11).*

Resumo

O artigo trata da polêmica sobre a questão da “commoditização” do comércio exterior brasileiro, tomando posição nesse debate. Defende o ponto de vista de que o “boom” exportador da economia ocorrido após a segunda metade dos anos 90 não produziu mudanças qualitativas positivas na pauta de exportações, devendo-se entender por isso simplesmente que não houve aumento de participação das manufaturas no agregado das exportações.

Palavras-chave: globalização e desenvolvimento regional; cadeias agrícolas e minerais; comércio internacional.

Abstract

This article addresses the polemic over the issue of the commoditization of the Brazilian foreign trade, positioning itself on this debate. According to the article, the economic exporting boom which took place after the second half of the ninety mineties did not produce neither positive nor qualitative changes in the Brazilian exporting guidelines. This shows that there was no increase in the participation of manufactures in the Brazilian aggregated exports over the above mentioned period of time.

* Artigo recebido em 20 abr. 2006.

** A autora agradece as contribuições ao trabalho de Jéferson Daniel de Matos, Fabrício S. Lima e Ricardo Brinco.

1 - A problemática da inserção externa recente

A questão da natureza da inserção da economia brasileira no mercado mundial e sua relação com o processo de industrialização, especialmente no período mais recente da abertura comercial, quando ocorreu um verdadeiro surto de exportações de mercadorias, têm gerado muita controvérsia entre os economistas. Poderia essa fase ser caracterizada como de (re)primarização da economia e coincidiria com a de “(re)commoditização” da pauta de exportações brasileiras?

Este artigo aborda apenas um desses aspectos, examinando se a globalização, na fase de maior exposição e de integração efetiva ao mercado externo, teria colocado a economia brasileira — ainda que tardia, mas finalmente — nos rumos já trilhados pelos países *late-late-commers*, como a China e o México, cujas relações de comércio internacional se baseiam, sobretudo, nas exportações de manufaturas.

Adianta-se, aqui, que suas conclusões o alinham junto à vertente crítica das análises, compartilhando dos pontos de vista de Gonçalves (2003, p. 93) e Pereira (2003, p. 74). Nesse sentido, não se poderia falar de progresso nas relações comerciais do Brasil com o exterior, chegando mesmo os dois citados autores a designarem a dinâmica do processo como sendo de reprimarização da pauta de exportações. Há, em especial, uma passagem no livro de Gonçalves que merece ser reproduzida e que resume claramente sua posição:

“A reprimarização da economia brasileira pode ser vista por dois aspectos. O primeiro reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e menor participação dos manufaturados” (Gonçalves, 2003, p. 93).

Já Pereira expressa, assim, seu ponto de vista sobre a questão:

“Na ausência de intervenções que exogenamente elevem a competitividade internacional da produção doméstica, tendem a prevalecer as vantagens comparativas estáticas, obtendo-se como resultado da abertura comercial (no Brasil) uma ‘reprimarização’ da pauta de exportações” (Pereira, 2003, p. 77).

Transcorrido aproximadamente um ano da publicação do artigo de Pereira e da segunda edição do

livro de Gonçalves (2003), foi editado um artigo (Benetti, 2004) no qual se constata o papel estratégico desempenhado pelo agronegócio no *boom* exportador do final da década de 90, alavancado pela exportação de matérias-primas agropecuárias e de baixo valor adicionado. Na sua parte conclusiva, encontra-se a seguinte passagem:

“As informações contidas no texto (...) relativas ao padrão de inserção da economia do agronegócio no comércio de bens, indicam que a internacionalização da produção brasileira se baseou, sobretudo, no comércio de *commodities* ‘puras’” (Benetti, 2004, p. 171),

isto é, as matérias-primas brutas e de baixo valor adicionado nas respectivas cadeias de produção.

Esses são apenas alguns exemplos para chamar atenção para o fato de que a percepção da importância crescente das *commodities* agrícolas e minerais na evolução das exportações brasileiras já vinha despertando o interesse dos analistas econômicos há um certo tempo. Mas sejam quais forem os antecedentes críticos sobre a natureza dessa inserção, a discussão teve que esperar o artigo do economista chileno José Gabriel de Palma (2005), para suscitar o verdadeiro debate e provocar a controvérsia.

Palma discute, na verdade, processos de desindustrialização¹ ocorridos em países com distintos níveis de desenvolvimento econômico e de renda *per capita*. Segundo esse autor, existe um padrão de perda de importância do emprego industrial no emprego total da economia — indicador por ele usado para caracterizar a desindustrialização — que corresponde ao fenômeno observado nos países que iniciaram a industrialização mais cedo. Nesses, assistiu-se a um deslocamento da mão-de-obra (inicialmente liberada) da agricultura para a indústria e, depois, para o setor serviços, correspondendo tais deslocamentos a uma mudança no tempo da estrutura geral do emprego da economia. Essas trajetórias caminharam juntas com o amadurecimento e a consolidação do setor industrial, que explicam a primazia dos saldos comerciais industriais na balança de pagamentos. No entanto, existem casos importantes de países cujas trajetórias se desviaram desse paradigma

¹ Palma adverte que se está referindo à desindustrialização relativa, isto é, ao “(...) encolhimento do setor industrial (em termos de emprego) relativamente ao resto da economia, no contexto de um processo de mudança estrutural ocasionado tanto por forças endógenas (isto é, um movimento em direção a indústrias de serviços nas economias maduras) como por forças exógenas (por exemplo, mudanças na política econômica em países de renda média e a descoberta de recursos naturais)” (Palma, 2005, p. 36 e 37).

histórico, para os quais, Palma encontra diferentes explicações.

Para os propósitos deste artigo, interessa destacar o processo de desindustrialização e de integração comercial com o exterior ocorrido na Holanda, que o autor utiliza como referência para examinar a situação brasileira. O fato é que a economia industrial daquele país costumava gerar superávits importantes na balança comercial, passando a registrar, a partir do momento da descoberta de reservas de gás natural, excedentes comerciais associados à exportação desse recurso natural. Com isso, verificou-se uma grande entrada de divisas, levando a uma apreciação da moeda nacional e reduzindo a competitividade dos setores industriais tradicionalmente exportadores. Esse é um caso de desindustrialização, por ele denominada "doença holandesa".

Com traços peculiares, tal "doença" ter-se-ia propagado pelos países latino-americanos, inclusive os do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). Estes adotaram políticas ativas de substituição de importações, visando obter superávits comerciais industriais,² que começaram a ser abandonadas por conta da situação em que se encontravam no momento da crise financeira internacional do início dos anos 80. Uma passagem do artigo resume bem seu ponto de vista sobre as origens do processo de reprimarização desses países:

"O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral, levaram esses países de volta a sua posição ricardiana natural, isto é, aquele mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos. E como isso ocorreu em um nível muito mais baixo de renda *per capita*, essas novas políticas também obstruíram sua transição rumo a uma forma de industrialização mais madura, isto é, auto-sustentável (Palma, 2005, p. 22; ver também p. 23 e 38).

Sendo assim, a tendência ao aumento da importância relativa dos superávits comerciais de produtos primários na balança de mercadorias seria consequência de processos de industrialização interrompidos, portanto, inacabados. De qualquer forma, para esse autor, diferentemente do caso holandês, a

"commoditização" dos países do Cone Sul resultaria essencialmente do abandono da agenda de industrialização e não da descoberta de recursos naturais.

O certo é que o diagnóstico de que o Brasil estaria acometido da "doença holandesa" reascendeu o debate sobre essas questões. Em recente artigo publicado pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), Nakahodo e Jank (2006) propõem-se a examinar se o Brasil estaria efetivamente sofrendo desse mal, isto é, se se desindustrializou recentemente. Para tanto, percorrem um caminho indireto, diferente do adotado por Palma, focalizando a pauta de exportações brasileiras, a evolução de sua estrutura e a sua dinâmica de crescimento. Estaria, efetivamente, a exportação de *commodities* avançando na estrutura de exportações? Em caso de resposta positiva, ter-se-ia que admitir o contágio da economia brasileira.

Para examinar a evolução da estrutura e da pauta de exportações, os citados autores classificam seus componentes em dois grandes grupos, um deles constituído por produtos *commodities* (industrializados e não industrializados) e um outro formado por produtos diferenciados.³ Os resultados encontrados levam a sustentar que não se pode falar propriamente em "commoditização" da pauta de exportações (e, portanto, em desindustrialização), posto que:

"Ao longo da última década (1996-2005) a proporção de *commodities* (brutas e processadas) no total exportado variou de 30% a 40% da pauta, com uma tendência de ligeiro crescimento a partir de 2000 e estabilização no patamar de 39% a partir de 2002" (Nakahodo; Jank, 2006, p. 5).

Os autores chamam atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que cresce pouco ou se mantém a participação das *commodities* nas exportações totais, se verifica uma queda no peso das processadas em relação às *commodities* brutas. O que significa dizer, de outro modo, que foram estas últimas que ganharam espaço nas exportações totais.

Os superávits encontrados na balança comercial a partir de 2002, associados a produtos não

² Ou, dizendo de outra forma, que mudariam sua situação de importador de manufaturados e exportador de matérias-primas agropecuárias e minerais.

³ Nos produtos diferenciados, incluem-se as exportações dos seguintes setores: veículos automotores, máquinas e equipamentos mecânicos; produtos químicos; aviões; rádio, televisores e telecomunicações; máquinas elétricas; construção e reparação naval; e outros produtos não especificados. Na categoria *commodities*, estão agrupados os seguintes produtos (das cadeias agropecuárias e minerais): minérios de ferro; grãos, farelos e óleo de soja; petróleo; açúcar; carne de frango, suína e bovina; café; pasta de celulose; fumo em folhas; couros; suco de laranja; etanol; e algodão.

“commoditizados”, dão, igualmente, força aos que se opõem à tese de o Brasil estar caminhando para a primarização da pauta de exportações.

Ainda segundo os autores citados, mesmo se admitindo a importância das *commodities* no aumento do fluxo exportador, deveria ser abandonada a idéia simplista de que produzir *commodities* (tal como são feitas hoje) não constitui uma verdadeira atividade industrial. E isto porque, por trás das mesmas, há toda uma rede de indústrias de insumos, de máquinas e de processamento de produtos, além do concurso de inúmeros serviços de suporte (Nakahodo; Jank, 2006, p. 19).

“Não se pode comparar a natureza tecnológica do complexo agroindustrial de hoje, altamente intensivo em capital e tecnologia, com o modelo intensivo em trabalho que dominava os ciclos do açúcar em Pernambuco, da borracha na Amazônia, do ouro e diamantes em Minas e do café no interior de São Paulo (Nakahodo; Jank, 2006, p. 15).⁴

As argumentações reproduzidas aqui dão uma idéia, e a leitura da integralidade do texto permite concluir, mais propriamente, que os autores terminam avaliando positivamente a dinâmica da inserção da economia brasileira no mercado mundial, na década de 1996-05.

2 - Avaliando a inserção recente do Brasil no comércio mundial

2.1 - O papel das *commodities* nos saldos comerciais do Brasil com o exterior

No artigo antes mencionado (Benetti, 2004), mostra-se o papel estratégico das *commodities* agropecuárias no *boom* exportador, na segunda metade dos anos 90. Uma tal constatação fundamenta-se, sobretudo, na observação da contribuição do agronegócio para a formação

dos saldos da balança comercial brasileira. De 1994 até 2002, sem a participação das exportações agroindustriais, ter-se-iam acumulado déficits muito significativos na balança de mercadorias. O que significa dizer, ainda, que as importações de muitos setores (incluindo as industriais) foram financiadas pelo agronegócio.

Sabe-se que as *commodities* agropecuárias incluem produtos com maior ou menor grau de industrialização (com diferentes valores agregados nas respectivas cadeias de produção). Assim sendo, adotou-se, também naquele artigo, o procedimento de separá-las em dois grupos de mercadorias, as matérias-primas brutas e as de maior valor adicionado nas respectivas cadeias produtivas, observando-se seu comportamento no período coincidente com o processo de abertura do comércio externo brasileiro. Essas informações deram origem ao Gráfico 1, onde fica clara a preponderância das matérias-primas nas exportações agroindustriais, situação que não se alterou substancialmente desde 1989 (Tabela 1).

A constatação do papel estratégico do agronegócio na inserção recente da economia brasileira no mercado mundial e, em especial, das *commodities* de baixo valor adicionado parece explicar, portanto, o surto exportador ocorrido na segunda metade dos anos 90.

Todavia o estudo referenciado focaliza, até porque este é seu objetivo, as exportações das cadeias agroindustriais, excluindo as de minerais, quando, sabidamente, estas últimas são tradicionais e importantes abastecedoras do mercado internacional. Seriam as primeiras e seu desempenho suficientes para explicar, por si sós, a inserção crescente do Brasil no mercado internacional?

Com essas indagações, iniciou-se uma pesquisa com enfoque mais amplo na pauta de exportações brasileiras, cujos resultados foram apresentados em dois simpósios realizados em 2005, aproximadamente na época em que foi publicado o referido artigo de Palma (Benetti, 2005, 2005a).

O propósito comum desses artigos é o de evidenciar os aspectos qualitativos da integração recente da economia brasileira à mundial, com enfoque nas exportações. O segundo artigo, em especial, busca uma interpretação do padrão de evolução do comércio exportador brasileiro à luz do pensamento da CEPAL, instituição que vem analisando as relações comerciais entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento desde, aproximadamente, o início dos anos 50.

O pressuposto do qual se partiu, importante no contexto da presente discussão, é o de que a integração seria positiva, se a pauta de exportações evoluísse, nos anos subseqüentes à abertura, de forma a configurar

⁴ Na mesma linha crítica à tese de Palma (2006) — reproduzindo argumentos semelhantes aos de Nakahodo e Jank (2006) —, cabe mencionar o artigo em destaque em um dos últimos números da revista da Funcex: “Dutch Disease” no Brasil? Análise Incorreta Para um Fato Preocupante (DUTCH..., 2006, p. 2, 3 e 4).

estruturas nas quais ganhassem importância relativa os produtos de maior valor agregado, isto é, os manufaturados. Nesse sentido, foi adotado um critério bastante elástico, para valorar o processo de mudanças, sequer se pressupondo que a integração do Brasil ao mercado global fosse apreciada considerando as chamadas "vantagens superiores" (*high order advantages*), como são as de propriedade tecnológica, as marcas e a capacidade de diferenciar produtos (Gereffi; Korzeniewicz, 1994, p. 6). Para os propósitos adotados, bastava que se estivesse caminhando para uma situação de tornar-se um centro internacional privilegiado de processamento de matérias-primas agrícolas e minerais.

A constatação mais geral e importante que resultou dessa investigação sobre as exportações do País na fase de liberação do comércio e de integração da economia brasileira à mundial é a de que não houve alterações, no geral, na estrutura desse comércio em benefício dos produtos manufaturados. Ao contrário, manteve-se a participação alta, e até crescente, das vendas externas associadas às atividades extrativas agrícolas e minerais e, dentre essas, das de relativamente baixo grau de transformação industrial.

De posse dessas informações, já se dispunha de elementos para voltar à pergunta inicial, que configurava a motivação e o ponto de partida daquele trabalho: tratava-se de saber, repetindo, se a fase atual da globalização, de liberação comercial e de integração crescente da economia brasileira é de natureza diferente e mais favorável do que a vigente nos padrões de integração anteriores.

Visto pelos critérios adotados, concluía-se que, pelo menos até aquele momento, a globalização não teria levado a uma inserção qualitativamente melhor do Brasil no comércio internacional, tudo se passando como se estivesse apenas sendo cristalizado o velho e conhecido esquema de divisão internacional do trabalho. Resgatando categorias de análise cepalinas e despidendo-as de seu sentido histórico, sugeria-se tratar dessas relações como as de centro e periferia, onde o Brasil continuaria inserindo-se no mercado global, como os demais países da América Latina, por um tempo ainda indeterminado, com o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais (Cepal, 1969; Furtado, 1993).

Para se examinarem os saldos da balança de mercadorias, foram buscados também dados da Organização Mundial do Comércio (WTO). De acordo com os mesmos, as exportações de manufaturados apresentaram um decréscimo de sua contribuição no total das exportações brasileiras, tendo passado de 58% para

54% entre 1994 e 2004, configurando resultados muito próximos aos obtidos utilizando as informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Ao mesmo tempo, observa-se que a participação dos manufaturados no agregado das importações cresceu muito pouco, ainda que seja importante ressaltar que esta se manteve sempre alta, na casa dos 76%, 77%, ao longo dos referidos anos. Em outras palavras, de acordo com esses dados, o Brasil chegou, no seu auge exportador, a uma situação em que as manufaturas respondem por pouco mais da metade das exportações e por mais de três quartos das importações, e sem que tal situação tenha representado qualquer melhoria em relação à constatada no início do processo de abertura. Desse ponto de vista, o Brasil de hoje continua inserindo-se no mercado mundial, principalmente, na condição de importador de manufaturados. Visto de outro ângulo, o balanço líquido da conta das manufaturas é negativo para o Brasil, sendo que, apenas no último ano da série considerada, em 2004, se verificou um saldo comercial favorável.

A Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) oferece informações sobre os saldos da balança comercial no período mais recente, de 2003 a 2005, abertas por setores selecionados e mantendo a mesma classificação das mercadorias. Com isso, é possível observar a contribuição dos complexos agropecuários e minerais mais importantes (considerados e agrupados por Nakahodo e Jank (2006) como *commodities* na divisão por eles proposta das exportações brasileiras), bem como dos mais destacados setores de produtos diferenciados (assim designados pelos autores), para o equilíbrio da balança comercial.

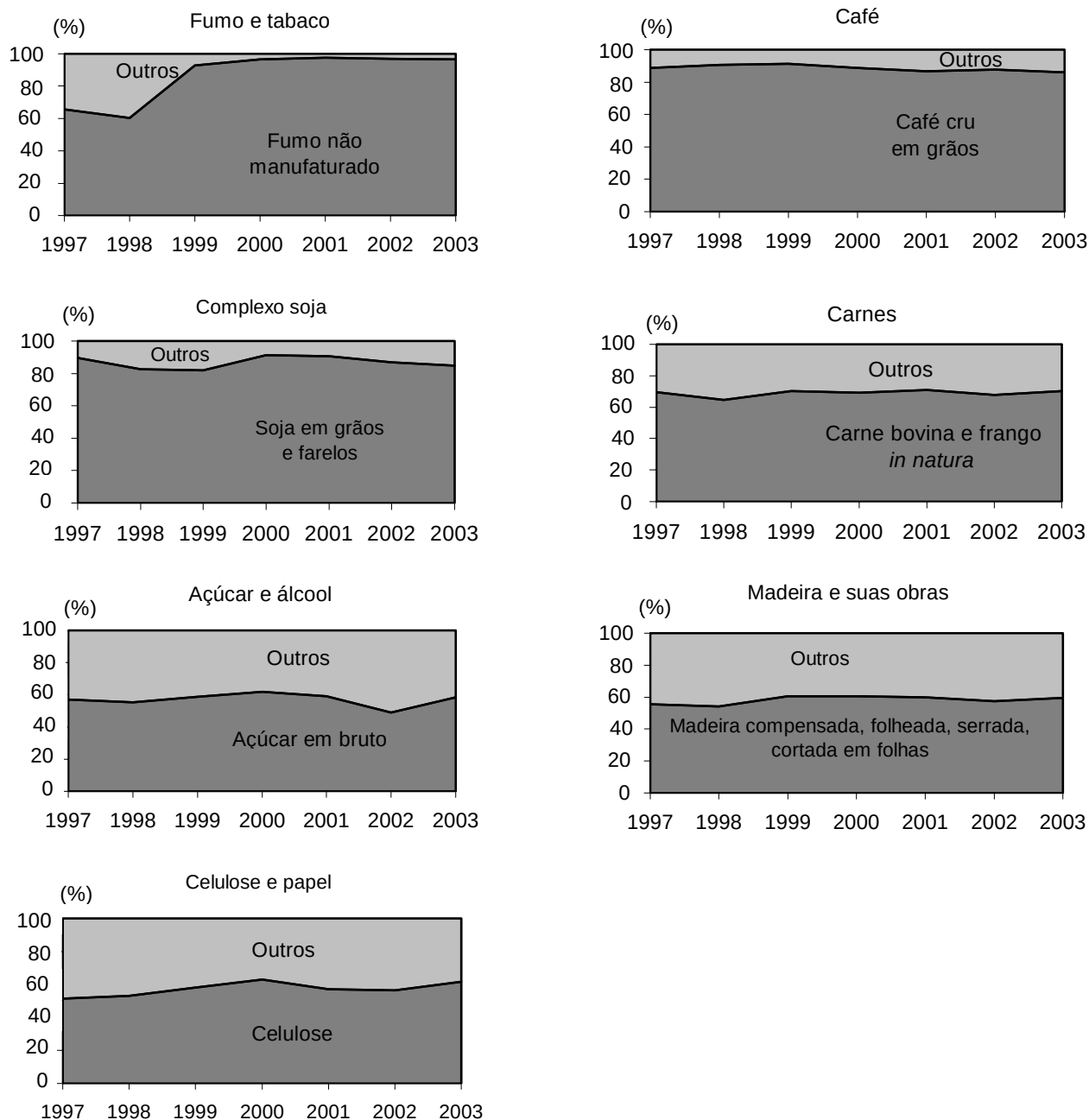
Agrupando os saldos das cadeias do agronegócio e de minério de ferro relacionadas na lista do MDIC, vê-se que essas geraram, aproximadamente, 70% dos saldos positivos totais da balança de comércio (média dos anos 2003 a 2005). Em sendo subtraídos os aportes desses setores aos saldos positivos totais, constata-se que os superávits criados pelos demais setores não cobririam os déficits da balança comercial (Tabela 2). Cabe, no entanto, fazer aqui uma advertência. Os dados sobre os saldos do agronegócio referentes ao ano de 2005 devem ser avaliados com cuidado, uma vez que estão prejudicados pelos resultados medíocres do complexo exportador da soja, afetado que foi pela inusitada quebra de safra em importantes regiões exportadoras, como o Rio Grande do Sul. E isso deprimiu a importância dos saldos comerciais das cadeias agropecuárias e minerais na formação dos saldos positivos do comércio exterior.

Parte daqueles setores exportadores associados aos produtos diferenciados assinalados por Nakahodo e Jank (2006) — como, por exemplo, equipamentos eletrônicos, material elétrico, produtos químicos, máquinas e tratores — apresentou saldos negativos importantes. Portanto, mesmo que esses setores tenham

aumentado suas vendas externas, terminaram não contribuindo para o sucesso da balança, por conta das importações a que deram origem. Ao contrário, contabilizaram prejuízos que puderam ser cobertos, de alguma maneira, pelas exportações tradicionais associadas às cadeias agrícolas e minerais.

Gráfico 1

Participação dos produtos com baixo valor adicionado no valor total das exportações do setor, no Brasil — 1997-03



FONTE: BENETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro — 1990-03. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, 2004.

Tabela 1

Saldos comerciais totais e do agronegócio no Brasil — 1989-04

(US\$ bilhões FOB correntes)

ANOS	TOTAL	AGRONEGÓCIO	DIFERENÇA
1989	16,12	9,07	7,05
1990	10,75	9,81	0,94
1991	10,58	8,76	1,82
1992	15,24	11,49	3,75
1993	13,30	11,61	1,69
1994	10,47	13,29	-2,82
1995	-3,29	12,14	-15,43
1996	-5,60	12,10	-17,70
1997	-6,76	14,94	-21,70
1998	-6,61	13,12	-19,72
1999	-1,25	14,78	-16,03
2000	-0,70	14,53	-15,24
2001	2,64	18,51	-15,87
2002	13,12	19,94	-6,82
2003	24,79	25,32	-0,53
2004	33,70	34,14	-0,44

FONTE: MDIC/Secex.
MAPA.

Tabela 2

Saldos líquidos, por setores selecionados, da balança comercial do Brasil — 2003-05

(US\$ bilhões FOB correntes)			
SETORES	2003	2004	2005
Extrativa mineral	3 812,50	5 195,00	8 119,20
Abate de animais	4 022,20	6 084,20	7 924,70
Agropecuária	4 614,20	6 335,30	5 787,60
Óleos vegetais	3 708,70	4 563,30	4 047,60
Açúcar	2 149,00	2 643,40	3 921,80
Madeira e mobiliário	2 613,70	3 813,00	3 840,00
Calçados, couros e peles	2 549,90	3 027,30	3 168,50
Café	1 545,20	2 056,50	2 926,80
Celulose, papel e gráfica	2 234,80	2 136,00	2 503,60
Beneficiamento de produtos vegetais	1 274,80	1 951,10	2 321,70
Outros produtos alimentares	355,50	353,00	387,80
A - Saldos positivos das cadeias agropecuárias e de ferro	28 880,50	38 158,10	44 949,30
Siderurgia	4 022,40	5 655,10	7 403,30
Veículos automotores	2 761,10	3 964,70	5 388,60
Peças e outros veículos	1 806,50	3 987,80	3 498,20
Metalurgia não ferrosos	1 149,50	1 406,90	1 443,40
Têxtil	749,90	946,10	1 009,50
Minerais não-metálicos	359,50	465,30	507,50
Material elétrico	-693,40	-128,60	175,70
B - Saldos positivos de outros setores	10 155,50	16 297,30	19 426,20
C - Saldos positivos totais	39 036,00	54 455,40	64 375,50
Laticínios	-69,80	3,60	-0,20
Artigos de vestuário	13,00	7,50	-90,60
Borracha	11,60	-53,90	-153,20
Plástico	-111,00	-157,80	-176,70
Máquinas e tratores	-1 715,20	-576,90	-631,90
Elementos químicos	-1 264,70	-1 516,70	-1 106,20
Farmacêutica e perfumaria	-1 580,50	-1 810,70	-1 983,40
Indústrias diversas	-1 243,40	-1 676,00	-2 131,20
Refino de petróleo e petroquímicos	-1 816,50	-2 490,00	-2 185,60
Químicos diversos	-2 332,60	-3 573,40	-3 078,20
Petróleo e carvão	-2 300,30	-5 120,20	-4 806,00
Equipamentos eletrônicos	-3 078,80	-5 297,70	-5 504,60
D - Saldos negativos totais	-15 488,20	-22 262,20	-21 847,80
E - Saldos líquidos da balança comercial	23 547,80	32 193,20	42 527,70
A/C (%)	73,98	70,07	69,82
E - A	-5 332,70	-5 964,90	-2 421,60

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

2.2 - O papel das *commodities* nas exportações brasileiras

Uma referência usual para se examinarem as mudanças qualitativas na pauta das exportações são os dados da balança de mercadorias publicados pelo MDIC, que agrega os produtos exportados conforme seu grau de industrialização, daí resultando três categorias: produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Assume-se que os dois primeiros grupos, por serem matéria-prima bruta ou semi-elaborada, constituem *commodities* puras.

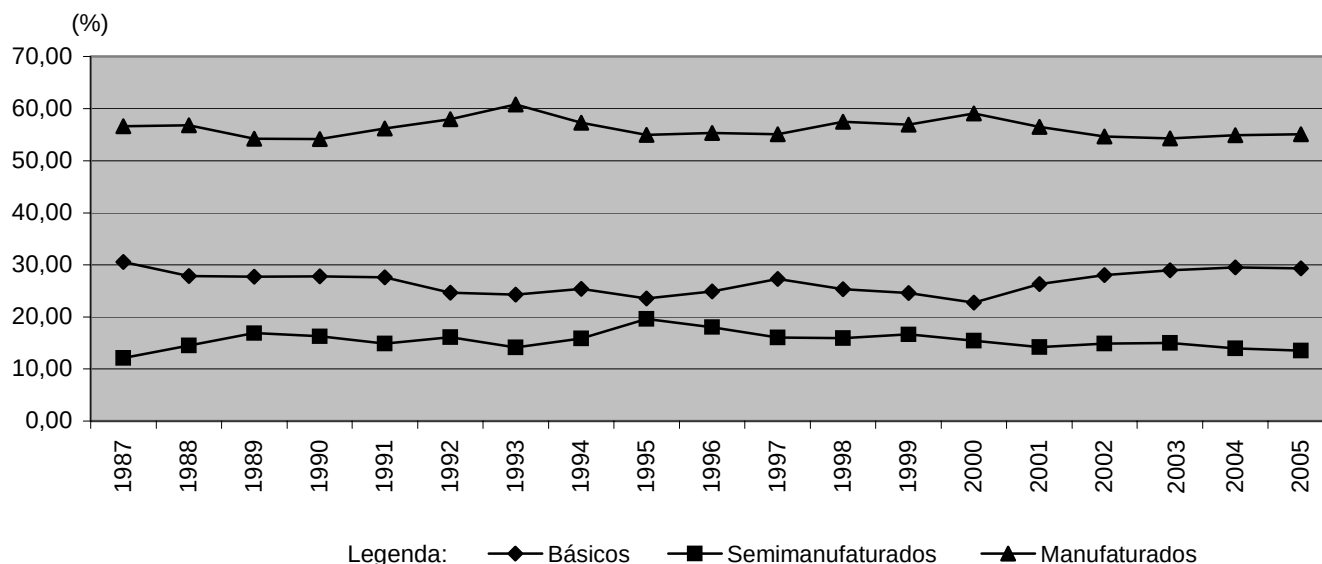
Conforme demonstram os dados, ocorreu uma pequena queda no peso dos produtos básicos nas exportações totais, entre 1989 e 2000. O movimento de queda foi, todavia, revertido nos últimos cinco anos (de 2001 a 2005), crescendo a correspondente participação de 23% para 30%. No ano de 2005, cresceu — ainda que muito levemente — a parcela dos manufaturados, embora esse tenha sido, como já assinalado, um ano atípico para as exportações do complexo soja, que costuma liderar o *ranking* das exportações totais brasileiras (Gráfico 2).

Feita a ressalva para o último ano e voltando a observar-se o comportamento das exportações ao longo do período 1987-05, nota-se que o crescimento de participação dos básicos se fez às custas, principalmente, dos produtos semimanufaturados, mas também dos manufaturados. Em outras palavras, a economia caminhou no sentido de exportar relativamente mais matérias-primas brutas, sem qualquer grau de elaboração. Vale lembrar que, nos manufaturados, estão incluídos produtos das cadeias agrícolas, combustíveis e minerais, como sucos de laranja congelados, derivados de petróleo, carnes bovinas, madeiras compensadas, álcool etílico e algumas classes de minério de ferro também consideradas *commodities*.

Mas o mais importante a salientar é que o *boom* exportador significou a interrupção do movimento de mudança da pauta em benefício dos bens manufaturados, uma tendência que se vinha manifestando desde, pelo menos, 1950. Com isso, a estrutura da pauta de exportações em 2004-05 assemelha-se à de 1987 quanto à distribuição entre manufaturados e não manufaturados (Gráfico 3).

Gráfico 2

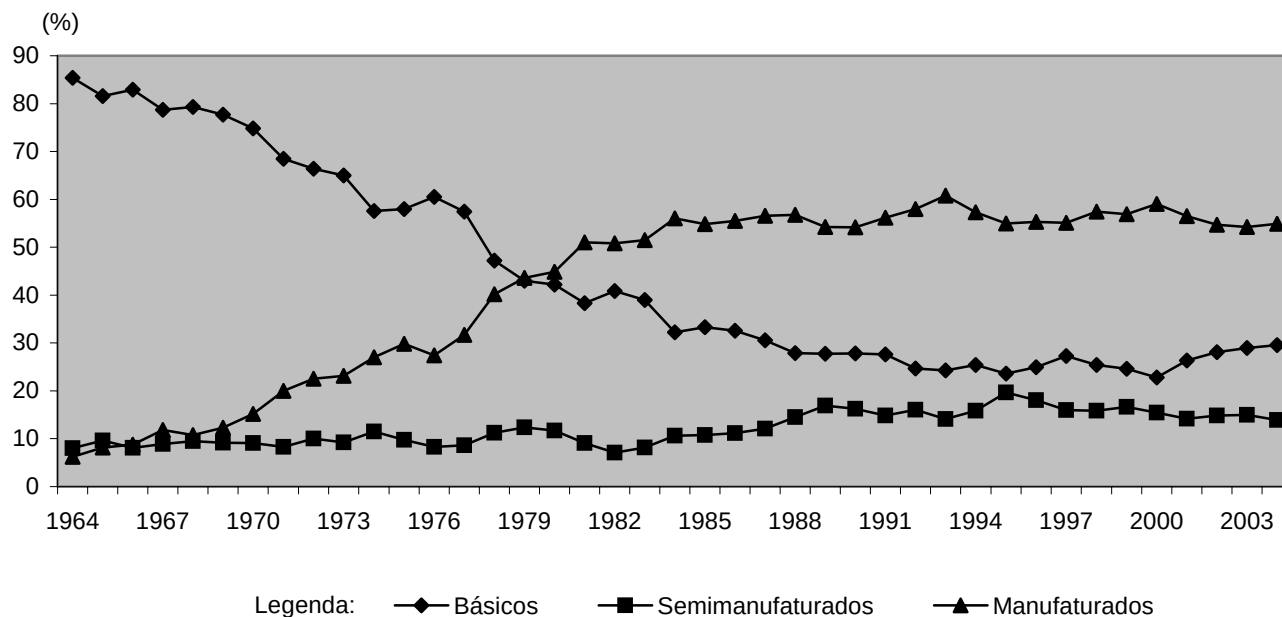
Estrutura do valor, em dólares correntes, das exportações no Brasil — 1987-05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

Gráfico 3

Composição do valor das exportações, segundo o valor adicionado, no Brasil — 1964-04



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

2.2.1 - A importância das *commodities* de base agrícola e mineral para o desempenho recente das exportações de mercadorias

O comércio exportador brasileiro exibe um alto grau de concentração. Calculando o Coeficiente de Gini para a pauta de exportações do País em anos selecionados (1989, 1994, 1999, 2004 e 2005), observa-se a estabilidade desse indicador, que se posiciona em níveis muito altos, em valores próximos a 0,9. Deve-se lembrar que o Coeficiente pode atingir, no máximo, o valor 1.⁵

Para se ter uma idéia do grau de concentração alcançado, veja-se que os 5% de produtos que lideravam as exportações, segundo o critério do valor, representavam 85,85% do valor total exportado em 1989, 83,35% em 1994, 83,04% em 1999 e 84,85% em 2004.

Em 2005, 5% dos produtos exportados pelo Brasil (362 itens de uma lista de 7.243) detinham 85,15% do valor total exportado, e os demais 95% participavam com apenas 14,85% desse agregado. Se, em lugar dos 5% de produtos mais importantes no valor da pauta nesse ano, se considerarem apenas os que formam 1%, a concentração é ainda mais impressionante. Tem-se, então, que 37 itens do total mencionado de 7.243 representaram cerca de metade do valor total das exportações brasileiras. E, mais importante ainda, dos 37 produtos que alavancaram mais de 50% do valor das exportações, cerca de metade — 20 produtos — constituíam *commodities* associadas a algumas poucas cadeias agrícolas e minerais. E tais *commodities* representavam 33% do valor total das exportações em 2005. Quer dizer, 20 *commodities* formavam praticamente um terço das exportações brasileiras. Abrindo a lista dessas 20 mercadorias, constata-se estarem elas relacionadas a nove cadeias: sete mostram-se vinculadas a produtos agropecuários e minerais (soja, minério de ferro, café, açúcar e álcool, carnes, fumo e suco de laranja), e as outras duas, ao petróleo e ao alumínio.

⁵ Em 1989, o Coeficiente de Gini era de 0,9163, passando para 0,9102 em 1994, 0,9079 em 1999, o valor mais baixo do período, e chegando a 0,9150 em 2005.

3 - Conclusões e considerações finais

A constatação que resulta da análise recente da participação dos produtos manufaturados e dos associados às cadeias de produção agropecuárias e minerais (e, nestas, das matérias-primas com escasso valor adicionado) nas exportações totais brasileiras e, principalmente, o exame dos saldos comerciais setoriais (demonstrando os pífios resultados das manufaturas em geral e dos produtos diferenciados em especial) levam a concluir que não ocorreram mudanças substantivas no comércio de mercadorias com relação ao padrão precedente de crescimento. Isso significa que a dinâmica do comércio exterior no período 1995-05 não conduziu ao aumento de importância das manufaturas, de maior valor agregado, nas exportações brasileiras. Tampouco colocou o País na trilha que lhe permitiria transformar-se em um centro privilegiado de processamento de matérias-primas agrícolas e minerais em âmbito internacional. Cabe acrescentar que, a reproduzir-se essa dinâmica em um horizonte de médio prazo, a economia brasileira se poderia consolidar como provedora de alimentos e matérias-primas na divisão internacional do trabalho, na fase atual de globalização dos mercados.

Nakahodo e Jank (2006) utilizam principalmente o argumento da estabilidade da estrutura da pauta de exportações no período coincidente ao do *boom* exportador, para se posicionarem contra o ponto de vista de que teria ocorrido a "commoditização" do comércio exterior.

Embora as posições acima apresentem diferenças sutis na sua formulação, ambas remetem às seguintes questões. Se o Brasil não se transformou em um provedor internacional de produtos industrializados e se tampouco voltou a uma situação de exportador de produtos primários, como caracterizar as suas relações comerciais externas antes do *boom* exportador e as que resultam desse processo?

Tendo em vista os elementos que foram apresentados neste trabalho, a proposta é a de que se interprete esse período como aquele em que se reforçou, ou se consolidou, a tendência que já se vinha manifestando muito antes, de interrupção do processo de transformações estruturais da pauta de exportações em favor de produtos manufaturados. De qualquer forma, a estratificação das relações estruturais do comércio exportador — em um ponto em que não se chegou ao predomínio dos produtos industrializados — poderia ser considerada uma situação confortável para o País? Se

os resultados alcançados fossem avaliados comparativamente aos logrados pelas economias de outros países de desenvolvimento capitalista retardatário no mesmo período, a resposta precisaria ser negativa.

Talvez Nakahodo e Jank (2006) pudessem ter conduzido sua análise a respeito dessa questão para conclusões mais críticas, se tivessem observado o processo recente de transformações em um contexto de longo prazo. Tal perspectiva teria permitido constatar que a atual composição da pauta de exportações se assemelha à de 1987, ou seja, em outras palavras, não ocorrem mudanças estruturais nesse setor da economia brasileira aproximadamente há duas décadas, justamente, como assinalava Palma, após a crise financeira internacional dos anos 80.

Só que é outro o contexto vivido no presente, depois de a economia do País ter avançado no processo de industrialização por substituição de importações e ingressado em um nível superior de desenvolvimento capitalista. Desde então, acelerou-se o progresso das ciências e da tecnologia e generalizou-se a incorporação das mesmas aos processos produtivos. No que diz respeito, especificamente, a um dos componentes principais do comércio exterior brasileiro, as *commodities* agrícolas e minerais, é natural que sua produção tenha passado a se processar com uma base técnica muito mais complexa. Entender tais mudanças na natureza das *commodities* é tão natural que parece ociosa a advertência de Nakahodo e Jank (2006) a respeito. Mas, se as alterações da base técnica de produção se generalizam para o conjunto da economia, então o fundamental é determinar o que cada um produzia — e como produzia — em um determinado estágio de desenvolvimento capitalista e como essa relação se encontra hoje. O importante, nessas condições, é saber se se manteve a distância relativa entre os países centrais e periféricos no que diz respeito às características de seus comércios e à incorporação de tecnologia e de valor adicionado.

Segundo Ocampo (2002, p. 7), apenas para se citar um dentre tantos autores que abordam o tema, não são animadoras as perspectivas que se colocam para muitos países não desenvolvidos em função, precisamente, dessa posição de inferioridade.

"Um dos traços cruciais da ordem econômica mundial neo-liberal foi uma inequívoca alta concentração da geração de tecnologias de ponta (*core technology*) em poucos países e uma igualmente alta concentração nesses mesmos países das finanças mundiais e das sedes principais das firmas multinacionais".

De qualquer forma, sem mesmo entrar em especificações tão finas como a da determinação da intensidade de tecnologia contida nas mercadorias exportadas pelos diferentes países, o certo é que vários dos integrantes do grupo dos que iniciaram tardiamente seu processo de industrialização avançaram muito mais que o Brasil com respeito às exportações de manufaturados (Tabelas 3 e 4). Portanto, a considerar-se simplesmente esse critério, a situação do Brasil é relativamente pior no concerto dessas nações.

Cabe fazer uma última observação, desta vez em relação ao trabalho de Palma (2005). Acredita-se que a situação do Brasil, no momento atual, não pode ser conceituada apenas como um desvio do caso holandês. Na verdade, a pauta de exportações do País refletiria a

ausência de crescimento industrial — fruto das políticas econômicas antiindustrializantes —, mas também resultaria de um verdadeiro surto de expansão da fronteira agropecuária nacional, ocorrido mais recentemente. A descoberta de recursos naturais, nesse caso, deveria ser entendida com uma conotação mais livre do que aquela que lhe dá Palma, propondo-se que seja vista como a integração econômica de uma quantidade imensa de recursos naturais que estavam em repouso e sem utilização econômica, por razões de comportamento da demanda internacional. De qualquer forma, em se tomando essa liberdade conceitual, a “integração *commodity*” do Brasil ao mercado mundial poderia ser vista como o resultado acumulado desses dois processos.

Tabela 3

Relação entre o valor, em dólares correntes, das exportações brasileiras de manufaturados e o das de países com distintos níveis de desenvolvimento, em anos selecionados

PAÍSES	1990	1994	1997	2000	2003
Alemanha	23,28	14,31	15,89	15,09	16,71
Japão	17,05	15,93	14,23	14,14	11,80
China	2,75	4,19	5,57	6,91	10,68
França	10,00	8,19	8,80	8,60	8,56
Hong Kong, China	4,69	5,93	6,24	6,05	5,79
República da Coreia	3,76	3,75	4,23	4,87	4,76
Canadá	4,54	4,32	4,82	5,52	4,43
México	1,57	1,97	3,18	4,36	3,62
Cingapura	2,33	3,35	3,75	3,70	3,25
Irlanda	1,02	0,98	1,53	2,15	2,24
Malásia	0,98	1,82	2,15	2,48	2,08
Índia	0,78	0,84	0,92	1,03	1,29
Brasil	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Filipinas	0,35	0,44	0,76	1,09	0,96
Indonésia	0,56	0,87	0,80	1,11	0,85
Argentina	0,22	0,22	0,32	0,27	0,24
Chile	0,05	0,07	0,09	0,09	0,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

Tabela 4

Exportações de mercadorias, por grupos de produtos, na China — 1998-05

(%)

EXPORTAÇÕES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos primários	12,6	11,6	11,6	11,2	9,9	9,2	8,4
Produtos manufaturados	87,2	88,3	88,2	88,6	89,9	90,6	91,4
Outros	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 11.

BENETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro — 1990-03. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, 2004.

BENETTI, Maria D. Ensaio crítico sobre a integração recente da economia brasileira ao mercado mundial. In: CUARTAS JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 2005. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, 2005a.

BENETTI, Maria D. Reflexões sobre a integração recente da economia brasileira ao comércio internacional. Ao final, cabe comemorar? In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA. Porto Alegre: PUC, 2005.

BOLETIM SETORIAL FUNCEx. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, jan./mar. 2004. Disponível em: www.funcex.com.br. Acesso em: 30 mar. 2006.

BOLETIM SETORIAL FUNCEx. Rio de Janeiro, ano 9, n. 1, 1º trim. 2005. Disponível em: www.funcex.com.br. Acesso em: 30 mar. 2006.

CEPAL. **América Latina**: el pensamiento de la CEPAL. Santiago de Chile, 1969. (Colección Tiempo Latinoamericano).

"DUTCH disease" no Brasil? Análise incorreta para um fato preocupante. **Boletim Setorial Funcex**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: www.funcex.com.br. Acesso em: 30 mar. 2006.

FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas. **Revista de Política Externa**, v. 1, n. 4, p. 3-10, mar. 1993.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity chains and global capitalism**. London: Praeger, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

LAMPEDUSA, T. Di. Le guépard. Paris: Senil, 1967, p. 59 (Le livre de poche).

NAKAHODO, Sidney Nakao; JANK, Marcos Sawaya. **A falácia da "doença holandesa" no Brasil**. (Documento de pesquisa). Disponível em: www.iconebrasil.org.br

OCAMPO, José Antonio. Globalization and development. In: SEMINÁRIO NEW INTERNATIONAL TRENDS FOR ECONOMIC DEVELOPMENT. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de "desindustrialização" e um novo conceito de "doença holandesa". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo: FIESP; IEDI, 2005. Disponível em: www.fiesp.com.br

PEREIRA, Edgar Antonio. Estagnação e limites do crescimento. **Política Econômica em Foco**, n. 2, set./dez. 2003.